

**HABEAS CORPUS Nº 570.689 - SC (2020/0079938-9)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**RODRIGO MARTINS CAVALCANTE AMORIM - AL010734**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : LEONARDO DE SOUZA OLIVEIRA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em face de acórdão assim ementado (fl. 221):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. FURTO SIMPLES (ART. 155, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL). INSURGÊNCIA DA DEFESA. ALEGADA OMISSÃO INDIRETA. PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS POR UMA DE MULTA. TESE QUE NÃO MERECE PROSPERAR. MANIFESTA INOVAÇÃO RECURSAL. INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DO RECONHECIMENTO, DE OFÍCIO, DE ARGUMENTO NÃO DEBATIDO NO RECURSO DE APELAÇÃO, EM ALUSÃO AO PRINCÍPIO DO TANTUM DEVOLUTUM QUANTUM APELLATUM. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em sentença mantida pela Corte *a quo*, por infração ao art. 155, *caput*, do CP, ao cumprimento da pena de 1 ano de reclusão, em regime inicial aberto, mais 10 dias-multa, substituída a sanção corporal por uma medida restritiva de direitos, consistente na prestação de serviços à comunidade.

A impetrante argumenta, em suma, que sendo a pena de multa mais favorável ao paciente, o juiz somente poderia optar pela substituição da sanção corporal por medida restritiva de direito mediante fundamentação válida, requerendo, portanto, a substituição da pena restritiva imposta, exclusiva e unicamente pela pena de multa, nos termos do art. 44, § 2º, do Código Penal.

Requer a impetrante, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão

# *Superior Tribunal de Justiça*

até o julgamento final do *writ* e, no mérito, a substituição da pena restritiva de direito pela de multa.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, em que as pretensões de readequação da pena restritiva de direitos, bem como de suspensão dos efeitos do acórdão são de caráter eminentemente satisfativo, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator